

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCÉLIA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 114/2026**

**(Processo Administrativo nº 175/2026)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Lucélia, por meio do **Setor de Licitação**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão:** 07/07/2026

**Horário da fase de lances:** de 09h00min as 15h00min.<sup>1</sup>

**UASG:** Secretaria de Desenvolvimento - Almoxarifado

**CNPJ:** 44.919.918/0001-04

**E-mail:** lucelialicitacao@gmail.com

**Objeto** Aquisição de 30 (trinta) toneladas de CBUQ, fornecido a granel; e 15 (quinze) tambores de emulsão asfáltica, com capacidade de 200 (duzentos) litros cada. Os materiais serão destinados à manutenção e conservação de vias públicas, com a finalidade de assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária e continuidade dos serviços públicos, devendo atender às especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

**Critério de julgamento:** MENOR PREÇO

**Modo de disputa:** aberto

**Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS:** não

**Link:** Plataforma da BLL Compras.

**INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 01/07/2026 as 15h00min

<sup>1</sup> O horário da fase de lances deverá ser estabelecido conforme o art. 11 da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, em que "a partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a 6 (seis) horas ou superior a 10 (dez) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico".

A data da sessão deve ser um dia útil e a hora de início da fase de lance deve ser ajustada de forma que a duração da etapa de lances tenha início e término no mesmo dia.

Uma dispensa de licitação não poderá ter a hora de início superior às 12h do dia escolhido para a disputa, tendo em vista que o prazo mínimo da etapa de lances é de 6 (seis) horas, e o processo não pode ultrapassar as 18h do mesmo dia.

Da mesma forma, se o prazo da etapa de lances escolhido for de 10 (dez) horas, a hora de início não poderá ser superior às 8h, a fim de não ultrapassar as 18h do mesmo dia.

**ANÁLISE DAS PROPOSTAS:** 07/07/2026 as 08h00min

**INÍCIO DA DISPUTA:** 07/07/2026 as 09h00min

**1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

2. Aquisição de 30 (trinta) toneladas de CBUQ, fornecido a granel; e 15 (quinze) tambores de emulsão asfáltica, com capacidade de 200 (duzentos) litros cada. Os materiais serão destinados à manutenção e conservação de vias públicas, com a finalidade de assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária e continuidade dos serviços públicos, devendo atender às especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

Item	Descrição	Quant.	Média Valor Unitário	Valor Total
01	Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), produzido em usina com controle tecnológico e destinado à aplicação a frio, fornecido a granel, devendo apresentar composição homogênea, com agregados minerais de granulometria controlada e ligante asfáltico que proporcione adequada coesão, aderência e resistência mecânica. O material deverá ser indicado para execução de serviços de recomposição asfáltica em maior escala, permitindo aplicação manual ou mecanizada, com boa trabalhabilidade, facilidade de espalhamento e compactação, garantindo desempenho	30 toneladas	R\$ 823,00	R\$ 24.690,00



	satisfatório quanto à durabilidade e resistência ao tráfego, não sendo permitida a entrega de material segregado, endurecido ou fora das condições adequadas de aplicação. <b>O material deverá atender à norma técnica equivalente.</b>			
02	Emulsão asfáltica catiônica de ruptura lenta (RL-1C), de base aquosa, composta por cimento asfáltico de petróleo, agentes emulsificantes e aditivos, podendo ser modificada com polímeros e resinas com a finalidade de melhorar a aderência, elasticidade e desempenho do material. O produto deverá apresentar elevada capacidade de aderência entre camadas, estabilidade físico-química, homogeneidade e resistência ao envelhecimento, formando, após aplicação e cura, película contínua, flexível e impermeável, sendo indicado para serviços de imprimação, pintura de ligação, selagem superficial e apoio em serviços de tapa-buracos, atuando como elemento essencial na vedação das superfícies e na proteção contra infiltração de água, contribuindo diretamente para o aumento da durabilidade do pavimento, devendo ser fornecido pronto para uso, de fabricação industrial, não sendo permitida a adição de água ou qualquer tipo de diluição em obra. <b><u>TAMBOR COM 200 LITROS.</u></b> <b>O material deverá atender à norma técnica equivalente.</b>	15 unidades	R\$ 2.733,33	R\$ 40.999,95
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 65.689,95</b>



1.2. A contratação será, conforme Termo de Referência.

1.3. As especificações técnicas dos itens constam no Documento de Formalização de Demanda, anexo a este Aviso de Contratação Direta.

1.4. Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o licitante enviar a proposta para todos os itens que o compõem.

1.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.1.1. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.1.2. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa De Licitações do Brasil.

2.1.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.1.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a dispensa eletrônica.

2.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior, mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, sua correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**2.3.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.4.** Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para o Microempreendedor Individual, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**2.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1.** Aquele que não atenda as condições deste Edital e seus anexos;

**2.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação, que atue na fiscalização, na gestão da ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau;

**2.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;



**2.5.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição;

**2.5.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego.

**2.5.12.** Empresa não cadastrada previamente no sistema bll.org.

**2.6.** O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.7.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.8.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.9.** O disposto anteriormente não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea (art. 13, VI, § 5º da Lei 14.133/21)

**2.11.** A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**



3.1. O ingresso do licitante na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O licitante interessado, após a divulgação deste Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto, vinculam o contratado.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõem o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, também, assinalar, no Termo de Aceitação, “sim” ou “não”, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



3.8.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

3.8.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.8.4. Que cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991;

3.8.5. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal.

3.10. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4. DA FASE DE LANCES**

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema, sendo encerrado no horário de finalização de lances também previsto neste Aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço por lote.

4.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (Um real) para o item.**



4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. Definido o resultado do julgamento, caso o preço da proposta do primeiro colocado esteja acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo licitatório.

5.2.4. Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.



5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estimado para a contratação, será solicitada, ao licitante, a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis;

5.5.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. DA HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste Aviso e serão solicitados do licitante mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);

b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União, <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>;

c. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoas jurídicas, poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item anterior, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.



6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora ou de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis.



6.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento.

6.10. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.10.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

6.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.12.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

## **7. DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.



7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.6. Na assinatura do Termo de Contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

## **8. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de 10% (*de por cento*) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante o Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).



8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão consideradas (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

8.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. As circunstâncias agravantes e atenuantes;

8.9.4. Os danos que dele provierem para o Contratante;

8.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano à Administração Pública.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Aviso ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos Anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. No caso de todos os licitantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. Republicar o presente Aviso com uma nova data;

9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de licitantes interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília, DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

ANEXO II – Documento de Formalização de Demanda;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO IV - Modelo Declaração de Enquadramento como ME ou EPP nos termos do art. 3º da Lei Complementar no 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14;

ANEXO V – Modelo Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VI - Modelo Declaração de Respeito aos Direitos Trabalhistas;



---

Lucélia, 30 de junho de 2026.

---

**TATIANA GUILHERMINO TAZINAZZIO**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

## ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo licitante são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

### 1.1. Habilitação jurídica:

1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empreendedor>;

1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:



1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Municipal/Distrital**, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

1.2.6.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

1.2.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos **estaduais/municipais ou distritais** relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

### **1.3. Habilitação econômico-financeira:**

1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea “c”, do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;



1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.3.3.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**1.3.4.** No caso de sociedade anônima, observadas as exceções legais, apresentar as publicações no Diário Oficial do Balanço e demonstrativos contábeis e da ata de aprovação arquivada na Junta Comercial.

**1.3.5.** Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do balanço patrimonial e dos demonstrativos contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas, das páginas do Diário Geral onde eles foram transcritos devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Diário Geral na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

**1.3.6.** Se a licitante tiver sido constituída a menos de 01 (um) ano, a documentação referida nos itens **1.3.2** a **1.3.5** deverá ser substituída pela demonstração contábil relativa ao período de funcionamento.

#### **1.4. Habilitação técnica:**

**1.4.1.** Para o item deverá ser fornecido pela empresa participante pelo menos (01) um Atestado (ou Declaração) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em nome da empresa**, compatível *em características, que comprove que a mesma já tenha fornecido regularmente e satisfatoriamente, serviços semelhantes ao pretendido nesta licitação.*



- 1.1.1. em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos ou Termo de Referência; acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 1.1.2. Havendo possibilidade, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, no que couber.
- 1.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 1.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 1.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **2. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 2.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.



- 2.2. O representante da CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 2.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

### **3. PAGAMENTO**

- 3.1. O pagamento será efetuado, no prazo de 30 dias da data de apresentação dos documentos de cobrança, desde que a totalidade do objeto contratado tenha sido executada, atestada e aprovada pelo CONTRATANTE,
- 3.2. O pagamento será efetuado na conta corrente da CONTRATADA através de Ordem Bancária;
- 3.3. Os bens entregues ou serviços prestados em desacordo com as especificações contratuais não serão atestados pela fiscalização;
- 3.4. A CONTRATADA deverá emitir uma nota fiscal com os dados constantes da Nota de Empenho.

### **4. SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. É vedada a subcontratação:
  - 4.1.1. De parcelas do objeto de maior relevância técnica ou que apresente valor mais significativo;
  - 4.1.2. De microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;
  - 4.1.3. De microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante;
  - 4.1.4. Na ocasião em que a empresa vencedora do certame for microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.2. A subcontratação da parte do objeto, que foi previamente autorizada pela CONTRATANTE, não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades



legais e contratuais, a qual responde perante a Administração pela parte que subcontratou.

- 4.3.** Terão preferência na subcontratação as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.4.** A subcontratação não produz relação jurídica direta entre a CONTRATANTE e a empresa subcontratada.
- 4.5.** Na ocasião da subcontratação, a empresa subcontratada deverá apresentar os seguintes documentos, sendo que cópias dos mesmos deverão ser fornecidas à CONTRATANTE:
  - 4.5.1.** Habilitação jurídica;
  - 4.5.2.** Cédula de identidade;
  - 4.5.3.** Registro comercial, no caso de empresa individual;
  - 4.5.4.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - 4.5.5.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
  - 4.5.6.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
  - 4.5.7.** Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:
    - 4.5.7.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
    - 4.5.7.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
    - 4.5.7.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
    - 4.5.7.4.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
    - 4.5.7.5.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

- 4.5.7.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

## 5. SANÇÕES

- 5.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades por inexecução contratual de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. A CONTRATADA compromete-se a manter as informações de contato constantemente atualizadas no SICAF.

## ETP - Estudo Técnico Preliminar Nº 178/2026-SDM - ALMOXARIFADO

**OBJETO EM ANÁLISE** – O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a aquisição de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como de emulsão asfáltica, destinados à execução de serviços de manutenção e conservação da malha viária municipal, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento.

### I- DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como de emulsão asfáltica de alta qualidade, com propriedades impermeabilizantes e aderentes, destinados a suprir as demandas recorrentes dos serviços executados pelas equipes da Secretaria de Desenvolvimento do Município de Lucélia.

Tais materiais são amplamente utilizados na execução de serviços de manutenção e conservação da malha viária municipal, especialmente em atividades de recuperação de pavimentação, tapa-buracos, recomposição asfáltica e tratamentos superficiais em vias urbanas e rurais, sendo essenciais para a manutenção das condições adequadas de trafegabilidade.

A emulsão asfáltica a ser fornecida deverá possuir características técnicas que garantam elevada aderência, capacidade de impermeabilização, estabilidade físico-química e resistência ao envelhecimento, formando película contínua, flexível e resistente após a aplicação, não sendo permitida a adição de água ou qualquer tipo de diluição em obra.



A aquisição desses insumos é necessária para garantir a continuidade das ações de infraestrutura viária, assegurando maior durabilidade das intervenções, segurança viária, eficiência operacional e a regular prestação dos serviços públicos à população.

O fornecimento deverá ocorrer de acordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

## **II - DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação faz-se necessária para assegurar a continuidade e a adequada execução dos serviços realizados pelas equipes da Secretaria de Obras e de Desenvolvimento Urbano do Município de Lucélia. Os materiais objeto da presente demanda, quais sejam, concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como emulsão asfáltica de alta qualidade, com propriedades impermeabilizantes e elevado desempenho aderente, constituem insumos essenciais utilizados de forma contínua nas atividades de manutenção e conservação da malha viária municipal.

A presente demanda possui prioridade alta, considerando que tais materiais são empregados diretamente em serviços de recuperação de pavimentação, tapa-buracos, recomposição asfáltica e tratamentos superficiais em vias urbanas e rurais, os quais são fundamentais para a manutenção das condições adequadas de trafegabilidade e segurança viária.

Ressalta-se que a emulsão asfáltica a ser utilizada deverá apresentar características técnicas que garantam elevada aderência entre camadas, eficiente capacidade de impermeabilização, estabilidade físico-química e resistência ao envelhecimento, formando película contínua, flexível e durável após a aplicação, não sendo permitida a adição de água ou qualquer tipo de diluição em obra.

Tais atividades constituem serviços contínuos e essenciais, indispensáveis à manutenção da infraestrutura viária do Município e à garantia da mobilidade urbana, sendo sua execução diretamente dependente da disponibilidade dos insumos ora solicitados. A insuficiência desses materiais pode comprometer a realização de intervenções necessárias, impactando a regularidade das ações de manutenção e a qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para garantir a continuidade dos serviços públicos, assegurando a regularidade das atividades institucionais, o atendimento ao interesse público e a observância dos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público.

## **III- REQUISITOS LEGAIS**

**a) Lei 14.133-2021 – Licitações e Contratos;**

**IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

A estimativa das quantidades a serem adquiridas foi definida a partir da análise das necessidades operacionais da Secretaria de Desenvolvimento do Município de Lucélia, considerando o consumo habitual dos insumos empregados nas atividades de manutenção e conservação da malha viária executadas pelas equipes do setor.

Os materiais objeto desta contratação, quais sejam, concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como emulsão asfáltica, são utilizados de forma recorrente em serviços de reparo, tapa-buracos e recomposição de pavimentação asfáltica em vias urbanas e rurais, sendo essenciais para garantir adequadas condições de trafegabilidade e segurança viária.

A definição dos quantitativos levou em consideração o histórico de utilização desses insumos nas ações de manutenção viária realizadas pelo Município, bem como a necessidade de manutenção de estoque mínimo no almoxarifado municipal, de modo a assegurar a continuidade das intervenções e evitar interrupções nos serviços de conservação da malha viária.

Dessa forma, a estimativa foi elaborada de maneira técnica e proporcional à demanda municipal, buscando garantir planejamento adequado das aquisições, continuidade dos serviços públicos essenciais e observância dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público na gestão dos recursos públicos.

Item	Descrição	Quant.	Média Valor Unitário	Valor Total
01	Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), produzido em usina com controle tecnológico e destinado à aplicação a frio, fornecido a granel, devendo apresentar composição homogênea, com agregados minerais de granulometria controlada e ligante asfáltico que proporcione adequada coesão, aderência e resistência mecânica. O material deverá ser indicado para execução de serviços de recomposição asfáltica em maior escala, permitindo aplicação manual ou mecanizada, com boa trabalhabilidade, facilidade de espalhamento e compactação, garantindo desempenho satisfatório	30 toneladas	R\$ 823,00	R\$ 24.690,00

	quanto à durabilidade e resistência ao tráfego, não sendo permitida a entrega de material segregado, endurecido ou fora das condições adequadas de aplicação. <b>O material deverá atender à norma técnica equivalente.</b>			
02	Emulsão asfáltica catiônica de ruptura lenta (RL-1C), de base aquosa, composta por cimento asfáltico de petróleo, agentes emulsificantes e aditivos, podendo ser modificada com polímeros e resinas com a finalidade de melhorar a aderência, elasticidade e desempenho do material. O produto deverá apresentar elevada capacidade de aderência entre camadas, estabilidade físico-química, homogeneidade e resistência ao envelhecimento, formando, após aplicação e cura, película contínua, flexível e impermeável, sendo indicado para serviços de imprimação, pintura de ligação, selagem superficial e apoio em serviços de tapa-buracos, atuando como elemento essencial na vedação das superfícies e na proteção contra infiltração de água, contribuindo diretamente para o aumento da durabilidade do pavimento, devendo ser fornecido pronto para uso, de fabricação industrial, não sendo permitida a adição de água ou qualquer tipo de diluição em obra. <b><u>TAMBOR COM 200 LITROS.</u> O material deverá atender à norma técnica equivalente.</b>	15 unidades	R\$ 2.733,33	R\$ 40.999,95
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 65.689,95</b>

#### V – PRAZO DE ENTREGA:

O fornecimento dos itens deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração. O prazo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento



equivalente, devendo os materiais ser entregues no local indicado pela Administração Municipal.

#### **VI - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado dos materiais, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento.

O fornecimento deverá incluir: Carga; Transporte; Descarga no local indicado; Responsabilidade integral pelo frete.

#### **VII – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ANUAL:**

A presente aquisição e implantação não está prevista no Plano de Contratação Anual – PCA 2026, haja vista o baixo custo.

#### **VIII – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:**

Considerando a tramitação dos procedimentos administrativos da futura contratação a serem de necessidades de adequação do ambiente do Órgão para formalizar a contratação ou gerenciar o objeto da licitação.

#### **IX – BENEFÍCIOS A SEREM ALÇAÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:**

A contratação para aquisição de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como de emulsão asfáltica de alta qualidade, com propriedades impermeabilizantes e elevado desempenho aderente, proporcionará a continuidade e a melhoria dos serviços executados pelas equipes da Secretaria de Desenvolvimento do Município de Lucélia, assegurando condições adequadas para o atendimento das demandas relacionadas à manutenção e conservação da malha viária urbana e rural.

Entre os principais benefícios esperados, destacam-se a garantia da execução contínua e eficiente dos serviços de recuperação de pavimentação, tapa-buracos, recomposição asfáltica e tratamentos superficiais em vias públicas, assegurando a disponibilidade dos insumos necessários e evitando atrasos ou paralisações nas ações de manutenção viária realizadas pelo Município.

A utilização de emulsão asfáltica com características impermeabilizantes adequadas contribui diretamente para o aumento da durabilidade das intervenções,



promovendo melhor vedação das superfícies, maior aderência entre camadas e maior resistência à ação da água, fator determinante na degradação precoce dos pavimentos.

A contratação também possibilita melhor planejamento das atividades do setor, favorecendo o uso racional dos recursos públicos e reduzindo a necessidade de aquisições emergenciais. Ademais, contribui para a preservação da infraestrutura viária, garantindo maior vida útil das vias, segurança aos usuários e melhoria das condições de trafegabilidade.

Dessa forma, a aquisição dos referidos materiais contribui diretamente para a eficiência na execução dos serviços de infraestrutura viária, assegurando que as demandas da população sejam atendidas de maneira contínua, eficaz e em conformidade com os princípios da economicidade, planejamento e boa gestão dos recursos públicos.

#### **X – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

Não se mostra viável o parcelamento da presente contratação, considerando que o objeto consiste na aquisição de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como de emulsão asfáltica, materiais estes que compõem um conjunto integrado de insumos destinados à manutenção e conservação da malha viária municipal.

A aquisição conjunta desses itens é necessária para garantir a adequada execução dos serviços de infraestrutura viária realizados pelas equipes da Secretaria de Desenvolvimento do Município de Lucélia, especialmente nas atividades de recuperação de pavimentação, tapa-buracos e recomposição asfáltica em vias urbanas e rurais.

Esses insumos são utilizados de forma complementar e interdependente na execução dos serviços de manutenção viária, sendo essenciais para assegurar a continuidade das intervenções e a manutenção das condições adequadas de trafegabilidade e segurança viária.

A contratação de forma unificada contribui para maior eficiência operacional, melhor organização logística e controle na entrega dos materiais, evitando divergências de fornecimento e garantindo padronização na execução dos serviços públicos.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se como a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, assegurando melhor planejamento da contratação, maior eficiência na gestão dos recursos públicos e atendimento ao interesse público.



## **XI- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Declaro, para os devidos fins, que a contratação destinada à aquisição de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como de emulsão asfáltica, voltada à manutenção e conservação da malha viária do Município de Lucélia, mostra-se viável, necessária e conveniente sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e financeiro.

Ressalta-se que os materiais a serem adquiridos são utilizados de forma contínua e periódica nas ações de manutenção viária, sendo indispensáveis à execução de serviços de recuperação de pavimentação, tapa-buracos e recomposição asfáltica em vias urbanas e rurais, exigindo planejamento adequado para garantir a disponibilidade de insumos de qualidade e evitar interrupções ou atrasos nas atividades de conservação da malha viária.

A aquisição programada desses materiais contribui para a continuidade das atividades institucionais, otimiza a aplicação dos recursos públicos, evita paralisações inesperadas nas frentes de serviço e auxilia na melhor gestão do patrimônio público, bem como no controle dos custos administrativos.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação pretendida constitui a alternativa mais adequada para atender às necessidades da Administração Municipal, assegurando eficiência operacional, regularidade dos serviços prestados à população e pleno atendimento aos princípios que regem a Administração Pública.

## **XII – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:**

Não há impactos ambientais significativos.

## **XIII – RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA:**

- a. Secretaria de Desenvolvimento Municipal
- b. Secretário de Desenvolvimento Municipal: Antônio Augusto de Mello Junior.

## **GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Assim como toda contratação, evidenciam-se alguns riscos no curso da contratação. Neste mapa não se incluem, aqueles que são de responsabilidade da gestão do contrato e entrega do objeto licitado, mas apenas os que permeiam até a formalização da contratação.

### **1. Relação de riscos para a contratação:**

#### **RISCO 01 – Falta de Disponibilidade Orçamentária:**



1	Probabilidade	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
2	Impacto	( X ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
3	Dano	A ausência de contratação para fornecimento de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), para aplicação a frio a granel, bem como de emulsão asfáltica, pode comprometer a execução dos serviços de manutenção e conservação de vias públicas. Tal situação pode ocasionar atrasos, paralisações e prejuízos à continuidade das atividades, impactando diretamente as condições de trafegabilidade e a segurança viária.
4	Ação Preventiva	Buscar junto a administração o remanejamento de valores previstos no orçamento anual.
5	Responsável	Unidade Requisitante.

#### **RISCO 02 – Na coleta de preços o orçamento não corresponde à realidade do mercado:**

1	Probabilidade	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
2	Impacto	( X ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
3	Dano	Possível frustração da celebração na contratação.
4	Ação Preventiva	Construção de bancos de dados com preços das contratações já realizadas e pesquisa de mercado atualizada.
5	Responsável	Responsáveis pela coleta de preços.

#### **RISCO 03 – Atraso na conclusão da licitação:**

1	Probabilidade	( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta
2	Impacto	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto
3	Dano	Continuidade das obras e serviços sem reposição programada de materiais, com risco de atrasos, aumento de custos e comprometimento da eficiência operacional.
4	Ação Preventiva	Solicitar maior celeridade junto ao Pregoeiro(a) e equipes envolvidas no processo.
5	Responsável	Unidade requisitante

#### **RISCO 04 – Recursos administrativos procedentes:**

1	Probabilidade	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
2	Impacto	( X ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
3	Dano	Atraso na homologação da contratação com consequente postergação na aquisição dos serviços.
4	Ação Preventiva	Analisar com extensas diligências as propostas ofertadas no certame licitatório, reduzindo o risco.
5	Responsável	Unidade requisitante e Pregoeiro(a)

#### **RISCO 05 – Licitação Deserta:**

1	Probabilidade	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
2	Impacto	( X ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
3	Dano	A não realização em tempo hábil.
4	Ação	Licitar novamente para buscar contratação de empresa

	Preventiva	especializada.
5	Responsável	Unidade Requisitante ou Pregoeiro(a).

## 2. Matriz de Riscos

Classificação de Probabilidade e Impacto		
Risco	Probabilidade	Impacto
Risco 01	Baixa	Baixa
Risco 02	Baixa	Baixo
Risco 03	Alta	Alta
Risco 04	Baixa	Baixo
Risco 05	Baixa	Baixo

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 6. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como de emulsão asfáltica, destinados à manutenção e conservação da malha viária do Município de Lucélia, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste instrumento.

Os materiais serão utilizados na execução de serviços de recuperação de pavimentação asfáltica, tapa-buracos e recomposição de vias urbanas e rurais, sendo indispensáveis à manutenção das condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária e mobilidade urbana.

Os insumos, CBUQ a granel e a emulsão asfáltica, fornecidos deverão atender aos padrões de qualidade exigidos para aplicação em serviços de infraestrutura viária, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ABNT e DNIT, de modo a garantir desempenho adequado, durabilidade e eficiência na execução dos serviços públicos.

A contratação visa garantir a continuidade das atividades de manutenção viária desenvolvidas pelo Município, assegurando a disponibilidade dos insumos necessários à execução dos serviços públicos, contribuindo para a conservação da infraestrutura urbana e para o atendimento das demandas da população.

### 7. OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem como objetivo viabilizar a aquisição de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), preparado em usina com controle térmico e tecnológico, porém destinado à aplicação a frio, na forma a granel, bem como de



emulsão asfáltica de alta qualidade, com propriedades impermeabilizantes e elevado desempenho aderente, destinados à execução de serviços de manutenção e conservação da malha viária do Município de Lucélia.

O CBUQ fornecido a granel deverá ser produzido a quente em usina, com controle de qualidade, e fornecido com características que possibilitem sua aplicação a frio, mantendo homogeneidade da mistura, boa aderência e resistência mecânica, sendo indicado para serviços de recomposição asfáltica em maior escala, atendendo às demandas operacionais do Município.

A emulsão asfáltica deverá possuir características que assegurem elevada aderência entre camadas, eficiente capacidade de impermeabilização, estabilidade físico-química e resistência ao envelhecimento, formando, após aplicação, película contínua, flexível e durável, essencial para vedação das superfícies e aumento da vida útil das intervenções, não sendo permitida a adição de água ou qualquer tipo de diluição em obra.

Busca-se garantir o fornecimento de insumos que atendam aos padrões de qualidade exigidos para aplicação em serviços de infraestrutura viária, observando as normas técnicas aplicáveis e apresentando desempenho adequado quanto à aderência, coesão, impermeabilidade e durabilidade, de modo a assegurar qualidade e segurança na execução das atividades de recuperação de pavimentação asfáltica.

A contratação visa garantir a disponibilidade contínua desses materiais, prevenindo interrupções nas frentes de serviço e assegurando melhores condições para execução de tapa-buracos, recomposição asfáltica, selagens e demais intervenções em vias urbanas e rurais sob responsabilidade do Município.

Dessa forma, a aquisição contribui para a continuidade dos serviços públicos essenciais, promovendo maior eficiência operacional, melhor planejamento das atividades do setor, aumento da durabilidade das intervenções e adequada aplicação dos recursos públicos.

## **8. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo e adequado de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), preparado em usina com controle tecnológico e destinado à aplicação a frio, na forma a granel, constituindo o principal insumo utilizado nas ações de manutenção e conservação da malha viária executadas pelas equipes da Secretaria de Desenvolvimento do Município de Lucélia, bem como de emulsão asfáltica de alta qualidade, utilizada

como material complementar essencial para garantir aderência e impermeabilização das intervenções.

O CBUQ é o material base para execução dos serviços de recuperação de pavimentação, tapa-buracos e recomposição asfáltica em vias urbanas e rurais, devendo apresentar homogeneidade, trabalhabilidade, resistência mecânica e durabilidade adequadas, garantindo a recomposição eficiente das superfícies e a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança viária.

A emulsão asfáltica, por sua vez, desempenha função fundamental como agente de ligação e impermeabilização, promovendo a aderência entre camadas e a vedação das superfícies, reduzindo a infiltração de água — principal fator de deterioração precoce dos pavimentos — e contribuindo diretamente para o aumento da vida útil das intervenções executadas. O produto deverá apresentar estabilidade, homogeneidade e desempenho adequado, não sendo permitida a adição de água ou qualquer tipo de diluição em obra.

Considerando que tais materiais são utilizados de forma contínua nas atividades do setor, torna-se indispensável o planejamento da aquisição, de modo a assegurar a disponibilidade de insumos de qualidade, produzidos conforme padrões técnicos adequados, evitando atrasos, paralisações e prejuízos à manutenção da malha viária municipal.

A aquisição planejada desses materiais contribui para a redução de retrabalhos, aumento da durabilidade das intervenções, melhor organização das frentes de serviço e racionalização dos recursos públicos, evitando contratações emergenciais e interrupções na prestação dos serviços.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada para assegurar a regularidade, eficiência e continuidade das atividades da Secretaria, atendendo ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

## 9. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Materiais (valor estimado): R\$ 65.689,95.

Item	Descrição	Quant.	Média Valor Unitário	Valor Total
02	Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), produzido em usina	30 toneladas	R\$ 823,00	R\$ 24.690,00



	<p>com controle tecnológico e destinado à aplicação a frio, fornecido a granel, devendo apresentar composição homogênea, com agregados minerais de granulometria controlada e ligante asfáltico que proporcione adequada coesão, aderência e resistência mecânica. O material deverá ser indicado para execução de serviços de recomposição asfáltica em maior escala, permitindo aplicação manual ou mecanizada, com boa trabalhabilidade, facilidade de espalhamento e compactação, garantindo desempenho satisfatório quanto à durabilidade e resistência ao tráfego, não sendo permitida a entrega de material segregado, endurecido ou fora das condições adequadas de aplicação. <b>O material deverá atender à norma técnica equivalente.</b></p>			
03	<p>Emulsão asfáltica catiônica de ruptura lenta (RL-1C), de base aquosa, composta por cimento asfáltico de petróleo, agentes emulsificantes e aditivos, podendo ser modificada com polímeros e resinas com a finalidade de melhorar a aderência, elasticidade e desempenho do material. O produto deverá apresentar elevada capacidade de aderência entre camadas, estabilidade físico-química, homogeneidade e resistência ao envelhecimento, formando, após aplicação e cura, película contínua, flexível e impermeável, sendo indicado para serviços de imprimação, pintura de ligação, selagem superficial e apoio</p>	15 unidades	R\$ 2.733,33	R\$ 40.999,95



em serviços de tapa-buracos, atuando como elemento essencial na vedação das superfícies e na proteção contra infiltração de água, contribuindo diretamente para o aumento da durabilidade do pavimento, devendo ser fornecido pronto para uso, de fabricação industrial, não sendo permitida a adição de água ou qualquer tipo de diluição em obra. <b><u>TAMBOR COM 200 LITROS. O material deverá atender à norma técnica equivalente.</u></b>			
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 65.689,95</b>

- a) Renova Asfaltos – R\$ 53.700,00
- b) Vale do Asfalto – R\$ 67.170,00
- c) Usina do Vale – R\$ 76.200,00

Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 23, §1º, a Administração Pública procedeu à realização de pesquisa de preços prévia, com utilização de bases oficiais e consulta a fornecedores do segmento, com a finalidade de garantir a aderência dos valores estimados às condições praticadas no mercado, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento nas contratações públicas.

No tocante aos materiais de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na versão a granel, bem como à emulsão asfáltica, foram realizadas consultas junto ao Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), sendo identificados registros compatíveis para o fornecimento de CBUQ ensacado e a granel.

Contudo, não foram localizados registros com valores de referência para emulsão asfáltica acondicionada em embalagens de 200 litros na referida plataforma. Diante dessa limitação, procedeu-se à complementação da pesquisa por meio de solicitação de orçamentos junto a empresas especializadas no fornecimento de insumos asfálticos, de forma a obter parâmetros confiáveis de mercado para o referido item.

Ressalta-se que as consultas realizadas no Compras.gov.br, ainda que sem apresentação de valores para determinados itens, encontram-se devidamente anexadas ao processo administrativo, em conjunto com as cotações obtidas junto aos fornecedores do ramo.



Destaca-se que os materiais objeto da contratação são destinados à execução de serviços de manutenção da malha viária municipal, sendo empregados em atividades de tapa-buracos, recomposição e recuperação de pavimentos em vias urbanas e rurais. Essas características influenciam diretamente na composição dos valores, uma vez que a qualidade, a procedência e as condições de fornecimento impactam no desempenho e na durabilidade das intervenções executadas.

Dessa forma, a estimativa de preços foi elaborada com base em referências oficiais de mercado, complementadas por cotações obtidas junto a fornecedores do setor, assegurando que os valores considerados representem de forma fiel a realidade de mercado. O procedimento adotado visa garantir a correta aplicação dos recursos públicos e a contratação de insumos compatíveis com as especificações técnicas exigidas, em conformidade com os princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público.

## **10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O processo licitatório observará as normas e procedimentos administrativos da Lei 14.133/2021 e demais regulamentações.

## **11. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

Os bens objeto da presente contratação, consistentes no fornecimento de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como de emulsão asfáltica, enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, permitindo sua especificação de forma clara e precisa no instrumento convocatório e no Termo de Referência.

## **12. ESTIMATIVA DE CUSTOS**

A estimativa dos custos dos bens a serem adquiridos foi (ou será) realizada mediante cotação por item ou menor preço por item.

## **13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O critério de julgamento estabelecido para esse certame será de menor preço por item.

## **14. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.**

Prazo de Entrega



A entrega de pedrisco, areia grossa, areia fina lavada e cimento deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da respectiva Autorização de Fornecimento, o que ocorrer primeiro.

#### Local de Entrega

Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Municipal de Lucélia, situado na Rua Eisuki Gushiken, s/nº, bairro Centro, em dias úteis, no horário de expediente, das 07:00 às 17:00 horas, mediante prévio agendamento com o setor responsável.

#### Condições de Entrega

A entrega será considerada concluída somente após:

- O fornecimento integral do concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ), na forma a granel, bem como de emulsão asfáltica, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- A conferência quantitativa e qualitativa dos materiais pela Administração;
- A verificação de que os produtos atendem aos padrões técnicos e de qualidade exigidos para aplicação em serviços de manutenção e conservação de pavimentação asfáltica, observando as normas aplicáveis;
- A aceitação formal dos materiais pelo setor responsável, mediante verificação de conformidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Quaisquer dúvidas sobre o local o poderão ser sanadas através dos seguintes contatos:

- E-mail: [lucelia.desenvolvimento@gmail.com](mailto:lucelia.desenvolvimento@gmail.com)

- Telefone: (18) 3551-9200, Ramal 9254

**A presente aquisição será formalizada por meio de Termo de Contrato.**

## 15. GARANTIA

Os materiais fornecidos (concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio – CBUQ, na forma a granel, bem como emulsão asfáltica) deverão ser de primeira qualidade, atendendo às normas técnicas vigentes aplicáveis, livres de impurezas e em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, devendo ainda apresentar garantia mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega.



A garantia deverá abranger eventuais defeitos de fornecimento, tais como não conformidade com as especificações técnicas, perda de propriedades de aplicação, inadequação do material para uso em serviços de pavimentação ou qualquer irregularidade que comprometa a qualidade, desempenho e durabilidade do produto, quando utilizado em condições normais de aplicação.

Constatada qualquer não conformidade durante o período de garantia, a contratada deverá promover a substituição ou reposição imediata dos materiais, sem quaisquer ônus à Administração, no prazo estabelecido pelo órgão contratante.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **16.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 16.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos ou Termo de Referência;
- 16.1.2.** Verificar minuciosamente, nos prazos estabelecidos, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos e da proposta ou Termo de Referências; para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
- 16.1.3.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 16.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 16.1.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos ou Termo de Referências;
- 16.1.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados



à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **16.2. São obrigações da CONTRATADA:**

- 11.2.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 11.2.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus Anexos ou Termo de Referência; acompanhado da respectiva nota fiscal, com a descrição do serviço realizado e dos itens relacionados.
- 11.2.3.** Havendo possibilidade, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, no que couber.
- 11.2.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 11.2.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 11.2.6.** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação;
- 11.2.7.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.2.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



**11.2.9.** A CONTRATADA deverá atender todas as normas vigentes referentes a execução/instalação do objeto contratado.

## **17. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 17.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- 17.2.** O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 17.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

## **18. PAGAMENTO**

- 18.1.** O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 dias da data de apresentação dos documentos de cobrança, desde que a totalidade do objeto contratado tenha sido executada, atestada e aprovada pelo CONTRATANTE e suas mensalidades no prazo de 30 dias após o vencimento da parcela anterior. Já no caso da ativação e treinamento obedecerá ao prazo de 30 dias acima descrito.
- 18.2.** O pagamento será efetuado na conta corrente da CONTRATADA através de Ordem Bancária;
- 18.3.** Os bens entregues ou serviços prestados em desacordo com as especificações contratuais não serão atestados pela fiscalização;
- 18.4.** A CONTRATADA deverá emitir uma nota fiscal com os dados constantes da Nota de Empenho referente a cada etapa.

## **19. SUBCONTRATAÇÃO**

- 19.1.** É vedada a subcontratação:



- 19.1.1.** De parcelas do objeto de maior relevância técnica ou que apresente valor mais significativo;
  - 19.1.2.** De microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;
  - 19.1.3.** De microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante;
  - 19.1.4.** Na ocasião em que a empresa vencedora do certame for microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 19.2.** A subcontratação da parte do objeto, que foi previamente autorizada pela CONTRATANTE, não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e contratuais, a qual responde perante a Administração pela parte que subcontratou.
- 19.3.** Terão preferência na subcontratação as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 19.4.** A subcontratação não produz relação jurídica direta entre a CONTRATANTE e a empresa subcontratada.
- 19.5.** Na ocasião da subcontratação, a empresa subcontratada deverá apresentar os seguintes documentos, sendo que cópia dos mesmos deverá ser fornecidas à CONTRATANTE:
- 19.5.1.** Habilitação jurídica;
  - 19.5.2.** Cédula de identidade;
  - 19.5.3.** Registro comercial, no caso de empresa individual;
  - 19.5.4.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - 19.5.5.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
  - 19.5.6.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



#### **19.5.7. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:**

- 19.5.7.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- 19.5.7.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 19.5.7.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 19.5.7.4.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 19.5.7.5.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 19.5.7.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

## **20. SANÇÕES**

- 20.1.** A CONTRATADA estará sujeita às penalidades por inexecução contratual de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 20.2.** A CONTRATADA compromete-se a manter as informações de contato constantemente atualizadas no SICAF.

## **21. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 21.1.** O prazo para a execução do objeto deste Termo de Referência é contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao **envio** da Nota de Empenho
- 21.2.** É obrigação da CONTRATADA manter as informações cadastrais no SICAF atualizadas.
- 21.3.** Havendo divergência entre as especificações do objeto detalhadas no Comprasnet e as constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.



O presente Termo de Referência segue para o parecer do setor de compras com vistas ao prosseguimento do certame licitatório.

## **22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Em atendimento ao disposto no art. 144 da Lei nº 14.133/2021, a contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, visando à redução de impactos ambientais decorrentes da aquisição e utilização de concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio (CBUQ) e emulsão asfáltica.

Os materiais fornecidos deverão:

- Ser de primeira qualidade, atendendo às normas técnicas vigentes;
- Estar livres de impurezas, contaminantes ou quaisquer elementos que comprometam sua aplicação em serviços de pavimentação, garantindo segurança, durabilidade e desempenho nas obras e serviços de manutenção;
- Atender às normas ambientais aplicáveis à produção, transporte e utilização de materiais asfálticos, especialmente às diretrizes dos órgãos ambientais competentes;
- Ser fornecidos por empresas que adotem práticas de responsabilidade ambiental, incluindo o uso racional de recursos naturais, a adequada gestão de resíduos e a minimização de impactos ambientais nas etapas de produção, transporte e armazenamento.

De acordo, encaminhe-se p/ análise e providências.

Lucélia/SP, 22 de junho de 2026.

**ANTONIO AUGUSTO DE MELLO JUNIOR**

Secretário de Desenvolvimento Municipal

**ANEXO III**  
**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
LUCÉLIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE LUCÉLIA**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 44.919.918/0001-04, com sede na Avenida Brasil, nº 1.101, Centro, CEP 17.780-000, Lucélia/SP, neste ato, representado por sua Prefeita, Sr<sup>a</sup> **TATIANA GUILHERMINO TAZINÁZZIO**, brasileira, divorciada, fonoaudióloga, RG/SP 29.401.794-8, CPF 301.840.798-96, com endereço na Rua Ricieri Pernomian, nº 850, Centro, CEP 17.780-000, Lucélia/SP, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrita no CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_ doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 51/2026, Dispensa Eletrônica nº 17/2026, celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 9.515, de 22 de janeiro de 2024, que se regerá mediante as Cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Instalação de kit câmera de ré e frontal com monitor nos ônibus escolares, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

1.2. A contratação será, conforme tabela abaixo:

**CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E VALOR DO CONTRATO**

2.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância de R\$ \_\_\_\_\_, (\_\_\_\_\_), que será efetuado conforme entrega em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal (Fatura), devidamente atestados pela Secretaria requisitante.

2.2. O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada ou na Tesouraria da Prefeitura.



2.3. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá da sua reapresentação.

2.4. A CONTRATANTE se reserva o direito de não atestar o recebimento do objeto que não estiver em perfeitas condições e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste instrumento contratual e no Edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções.

2.5. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação.

2.6. Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à CONTRATADA.

2.7. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras.

2.8. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

2.9. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para fiscais), e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada anteriormente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE**

3.1. Os valores serão irrealizáveis.

### **CLÁUSULA QUARTA – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

4.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato de acordo com a Lei n. 14.133/2021.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA**

5.1. A entrega deverá obedecer às especificações discriminadas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

5.2. A prestação de serviços deverá ocorrer de acordo com o Anexo I deste Edital, limitando-se ao prazo de vigência constante do respectivo contrato, oportunidade em que as obrigações de fornecimento deixarão de vigor, no que a licitante desde já exprime sua concordância.

5.3. Constatadas irregularidades no objeto licitado, a Administração poderá:



5.3.1. Se disser respeito à especificação, não execução dos serviços, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.3.2. Na hipótese de ser refeitos os serviços executados, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, mantido o preço inicialmente contratado;

5.3.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.4. Se o proponente vencedor deixar de cumprir as exigências do presente contrato ficará sujeito às penalidades da Lei vigente constante deste Edital.

5.5. Os materiais não entregues de acordo com o Anexo I deste Edital não será aceito, devendo o fornecedor ressarcir a Prefeitura de eventuais prejuízos causados.

5.6. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a entregar o objeto, poderá ser convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

6.1. A contratada terá o prazo de até 05 dias úteis para início dos serviços, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, de acordo com as prerrogativas definidas pela Administração Municipal.

6.2. O presente contrato terá validade de 3 (três) meses, a contar a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, de acordo com as prerrogativas definidas pela Administração Municipal.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

7.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

7.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

7.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

7.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

7.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

7.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou



- 7.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 7.1.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 7.1.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 7.1.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 7.1.2.9. fraudar a licitação
  - 7.1.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 7.1.2.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 7.1.2.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 7.1.2.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
    - 7.1.2.10.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
    - 7.1.2.10.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 7.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 7.2.1. advertência;
  - 7.2.2. multa;
  - 7.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 7.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.4.1. Para as infrações previstas nos itens 7.13.1. e 7.13.2., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.4.2. Para as infrações previstas nos itens 7.13.3. e 7.13.4., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7. 6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **7.1., 7.1.1., 7.1.2.1., 7.1.2.2, 7.1.2.7.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos

**7.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **7.1.2.8., 7.1.2.9., 7.1.2.10., 7.1.2.10.1., 7.1.2.10.2, 7.1.2.10.3, 7.1.2.10.4 e 7.1.2.10.5**, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**7.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item acima, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**7.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou



mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**7.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**7.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**7.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**7.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

8.1. Os recursos necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes do contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS -VINCULADOS**  
**140 RPYALTIES DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL**  
**02 PREFEITURA**  
**04 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**  
**15 URBANISMO**  
**361 ENSINO FUNDAMENTAL**  
**0006 MAIS DESENVOLVIMENTO URBANO**  
**2011 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS**  
**3.3.90 MATERIAL DE CONSUMO**  
**39 MATERIAL DE CONSUMO**  
**FICHA nº 110**

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

9.1. A CONTRATADA, além das condições previstas no Aviso de Contratação Direta da Dispensa Eletrônica nº. 105/2026– Processo nº 175/2026 e neste Contrato, obriga-se a:



- a) Entregar os materiais com qualidade, atendendo fielmente às condições de estabelecidas nos documentos integrantes do Aviso de Contratação Direta nº 114/2026 – Processo nº 175/2026;
- b) Manter, durante a vigência do presente Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando, as provas de regularidade de situação perante o INSS e FGTS; providenciando a substituição dos mesmos em quaisquer casos que os impossibilitem de realizar os serviços;
- c) Deverá a Contratada prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração, ou por seus prepostos ou fiscais, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, bem como os documentos relativos ao bem adquirido;
- f) Responder civil e criminalmente, pelos danos, perdas e prejuízos que, por dolo, culpa ou responsabilidade na execução deste Contrato, que venha direta ou indiretamente causar, por si ou por seus empregados, à CONTRATANTE ou à terceiros;
- g) Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste Contrato;
- h) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, tributários, administrativo e civil, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, no que se refere aos seus próprios funcionários, não acarretando responsabilidade de espécie alguma para a CONTRATANTE;
- i) A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento, objeto do presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Contrato;
- j) A CONTRATADA garantirá a prestação dos serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor.

9.2. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- b) Acompanhar a execução e verificação do objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO**

10.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, em face do regime jurídico deste Contrato administrativo.

10.2. A Prefeitura Municipal se reserva do direito de anular ou revogar o presente Contrato, no todo ou em parte, na forma do Art. 115 da Lei 14.133.



10.3. A CONTRATANTE poderá a todo tempo e sem qualquer ônus ou responsabilidade rescindir o presente contrato, independente de notificação, aviso, ação ou interpelação judicial, nos termos do art. 115 e seguintes da Lei nº 14.133, quando a Contratada:

10.3.1. Deixar de cumprir qualquer cláusula ou condição do presente Contrato;

10.3.2. Falir ou entrar em concordata;

10.3.3. Sem justa causa, ou motivo de força maior à critério da CONTRATANTE, deixar de dar andamento ao objeto contratado;

10.3.4. Transferir no todo ou em parte o presente Contrato sem prévio consentimento da CONTRATANTE;

10.3.5. Utilização do Contrato, como garantia do cumprimento de obrigação assumida pelo CONTRATADO perante terceiros.

10.4. A Prefeitura Municipal poderá considerar rescindido o Contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das hipóteses previstas no Art. 137, I a IX da Lei nº 14.133/21.

10.5. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Lucélia quando assim o exigir o interesse público e de conformidade com a disponibilidade financeira do Município, não cabendo à CONTRATADA indenização, sob qualquer pretexto ou alegação, devendo a denúncia ser formulada por escrito.

10.6. Nos termos do artigo 138, da Lei nº 14.133/2. A extinção do contrato poderá ser:

*I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;*

*II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;*

*III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO AMPARO LEGAL**

11.1. O presente Contrato tem como amparo legal a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, com suas alterações posteriores, a Dispensa Eletrônica nº 105/2026 e o Processo nº 175/2026.

11.2. Os casos omissos que porventura possam surgir no cumprimento do presente acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, darão ensejo, se for o caso, a alteração dos termos do presente Contrato.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A CONTRATANTE não se responsabilizará por eventuais acidentes de trabalho que vierem a ocorrer, nem por eventuais danos causados a terceiros que possam resultar de execução do presente Contrato.

12.2. A CONTRATADA se obriga a todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, legais, advindos da execução deste Contrato, no que se refere aos seus próprios funcionários, o qual não acarretará objeção de espécie alguma para a CONTRATANTE.

12.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Lucélia, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas que porventura venham surgir no cumprimento do Contrato em questão.

E, estando assim, devidamente acertados e ajustados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual valor, teor, forma e na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Lucélia/SP, xxx de \_\_\_\_\_ de 2026

TATIANA GUILHERMINO TAZINÁZZIO

Prefeita

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

Nome:

RG:

\_\_\_\_\_

Nome:

RG:



ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - (Contratos)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUCÉLIA

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: Aquisição de 30 (trinta) toneladas de CBUQ, fornecido a granel; e 15 (quinze) tambores de emulsão asfáltica, com capacidade de 200 (duzentos) litros cada. Os materiais serão destinados à manutenção e conservação de vias públicas, com a finalidade de assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária e continuidade dos serviços públicos, devendo atender às especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;



b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: TATIANA GUILHERMINO TAZINAZZIO

Cargo: PREFEITA MUNICIPAL

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: TATIANA GUILHERMINO TAZINAZZIO

Cargo: PREFEITA MUNICIPAL

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: TATIANA GUILHERMINO TAZINAZZIO

Cargo: PREFEITA MUNICIPAL

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Rua \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: TATIANA GUILHERMINO TAZINAZZIO

Cargo: PREFEITA MUNICIPAL



---

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_



**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

**Setor de Licitação**  
lucelialicitacao@gmail.com

## **ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCÉLIA

CNPJ Nº: 44.919.918/0001-04

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

*Em se tratando de obras/serviços de engenharia:*

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

**Lucélia, xx de xxxxxx de 2026.**

**TATIANA GUILHERMINO TAZINAZZIO**  
Prefeita Municipal

**Setor de Licitação**  
lucelialicitacao@gmail.com

## ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/14.

Dispensa Eletrônica nº 105/2026 – Processo nº175/2026

OBJETO: Instalação de kit câmera de ré e frontal com monitor nos ônibus escolares, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

A EMPRESA qualificada como microempresa (ou empresa de pequeno porte) por seu representante legal Sr.(a) Representante Legal, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº inscrita no CNJP sob nº , com sede à cidade de , Estado de , na Endereço, nº – Bairro – CEP , declara para os devidos fins de direito que pretende postergar a comprovação da regularidade fiscal para momento oportuno, conforme estabelecido no edital, e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/14.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Local, \_\_/\_\_\_\_/ 2026.

Assinatura

Representante Legal

Cargo

Cpf

Rg

**Setor de Licitação**  
lucelialicitacao@gmail.com

## ANEXO V

### MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº 105/2026 – Processo nº 175/2026

OBJETO: Aquisição de 30 (trinta) toneladas de CBUQ, fornecido a granel; e 15 (quinze) tambores de emulsão asfáltica, com capacidade de 200 (duzentos) litros cada. Os materiais serão destinados à manutenção e conservação de vias públicas, com a finalidade de assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária e continuidade dos serviços públicos, devendo atender às especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

A EMPRESA, por meio de seu representante legal Sr.(a) Representante Legal, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , inscrita no CNJP sob nº , com sede à cidade de , Estado de , na Endereço, nº – Bairro – CEP, vem declarar que atendemos todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação, sob pena de sujeição às penalidades previstas no Aviso de Contratação Direta da Dispensa Eletrônica nº 21/2026 –

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Local, \_\_/\_\_/2026.

Assinatura

Representante Legal

Cargo

Cpf

**Setor de Licitação**  
lucelialicitacao@gmail.com



Rg

**ANEXO VI**

**Setor de Licitação**  
lucelialicitacao@gmail.com

## MODELO DECLARAÇÃO DE RESPEITO AOS DIREITOS TRABALHISTAS

Dispensa Eletrônica nº 105/2026 – Processo nº 175/2026

OBJETO: Aquisição de 30 (trinta) toneladas de CBUQ, fornecido a granel; e 15 (quinze) tambores de emulsão asfáltica, com capacidade de 200 (duzentos) litros cada. Os materiais serão destinados à manutenção e conservação de vias públicas, com a finalidade de assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária e continuidade dos serviços públicos, devendo atender às especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

A EMPRESA....., por meio de seu representante legal Sr.(a) Representante Legal, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, inscrita no CNJP sob nº, com sede à cidade de, Estado de, na Endereço, nº – Bairro – CEP, vem declarar que, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, Dia de mes de 2026.

Assinatura

Representante Legal

Cargo

Cpf

Rg

**Setor de Licitação**  
lucelialicitacao@gmail.com